

I ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

UMA CIDADE EM ESCAVAÇÃO

Teatro Aberto
26, 27 e 28
Nov. de 2015

I ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

UMA CIDADE EM ESCAVAÇÃO

Teatro Aberto
26, 27 e 28
Nov. de 2015

Lisboa, 2017



Título:

*I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação
(Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*

Coordenação editorial:

Ana Caessa

Cristina Nozes

Isabel Cameira

Rodrigo Banha da Silva

Design gráfico do Encontro:

João Rodrigues, Ana Filipa Leite

Design gráfico e composição do Livro de Resumos e das Atas:

Rui Roberto de Almeida

Edição:

CAL/DPC/DMC/CML

Centro de Arqueologia de Lisboa / Departamento de Património Cultural /

Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa

Impressão:

Livro de Resumos - Imprensa Municipal / Câmara Municipal de Lisboa

CD Atas - MPO (Portugal)

Tiragem: 450 exemplares

ISBN: *Livro de Resumos* - 978-972-8543-45-7 / *Atas* - 978-972-8543-46-4

Depósito Legal: 433151/17

Advertências:

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. O Centro de Arqueologia de Lisboa declina qualquer responsabilidade por equívocos ou questões de ordem ética e legal.

O cumprimento, ou não, do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990 (em vigor desde 2009), assim como as traduções para a língua inglesa, são unicamente da responsabilidade dos autores de cada texto.

Os direitos de autor da obra são extensíveis a todos os documentos, impressos ou manuscritos, com tratamento digital de imagem, nela publicados. Assim, toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a autorização escrita dos autores, ou dos seus representantes legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. Em power-points, a reprodução de imagens ou de partes do texto é permitida, com a condição de origem e autoria do texto e das imagens serem expressamente indicadas no diapositivo em que é feita a reprodução.

Para intercâmbio (on prie l'échange, exchange accepted):

CAL - Centro de Arqueologia de Lisboa

Av. da Índia 166, 1400-207 LISBOA, Portugal

ÍNDICE

Prefácio	9
Introdução	11
Comissão	13
1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA	14
1. A ARQUEOLOGIA DO SÍTIO DE LISBOA: UM (NOVO) BALANÇO CRÍTICO, VINTE E UM ANOS DEPOIS Carlos Fabião	16
2. O SÍTIO NEO-CALCOLÍTICO DA TRAVESSA DAS DORES (AJUDA-LISBOA) Nuno Neto, Paulo Rebelo, João Luís Cardoso	24
3. UM SÍTIO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE EM PEDROUÇOS (BELÉM, LISBOA) Anabela Castro, Victor Filipe, João Paulo Barbosa	38
4. RESULTADOS PRELIMINARES DA PRESENÇA PRÉ-ROMANA NO PÁTIO JOSÉ PEDREIRA (RUA DO RECOLHIMENTO/BECO DO LEÃO, LISBOA) Anabela Joaquineto	48
5. LOUÇA “DE FORA” EM CARNIDE (1550-1650). ESTUDO DO CONSUMO DE CERÂMICA IMPORTADA Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida, Ana Margarida Moço	56
2. A CIDADE MANUFATUREIRA E INDUSTRIAL	68
2. RUA DE SANTIAGO, LISBOA: TANQUES ROMANOS NA REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NO N.º 10-14 João Miguez, Alexandre Sarrazola	70
3. OBJECTOS PRODUZIDOS EM MATÉRIAS DURAS DE ORIGEM ANIMAL, DO CONVENTO DE SANTANA, DE LISBOA Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes, Joana Gonçalves	84
4. CERÂMICA MODERNA DE LISBOA: PROPOSTA TIPOLÓGICA Jacinta Bugalhão, Inês Pinto Coelho	106
5. EVIDÊNCIAS DE PRODUÇÃO OLEIRA DOS FINAIS DO SÉCULO XVI A MEADOS DO SÉCULO XVII NO LARGO DE JESUS (LISBOA) Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	146
6. UMA INTERVENÇÃO EM PLENO BAIRRO DAS OLARIAS: NOVOS DADOS SOBRE A PRODUÇÃO OLEIRA NO SÉCULO XVII Inês Mendes da Silva, Marina Pinto	146

3. A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS, A IDENTIDADE E A FISIONOMIA DA CIDADE	190
1. MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO: UM MUSEU E UM MONUMENTO ROMANO NA CIDADE Lídia Fernandes	192
2. A CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO DE LISBOA Elisa de Sousa	212
3. DADOS PRELIMINARES DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NOS ANTIGOS ARMAZÉNS SOMMER, LISBOA (2014-2015) - TRÊS MIL ANOS DE HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA Ricardo Ávila Ribeiro, Nuno Neto, Paulo Rebelo, Miguel Rocha	222
4. AS TERMAS ROMANAS ÀS PORTAS DE ALFAMA Vanessa Filipe, Raquel Santos	246
5. A CERÂMICA COMUM DE PRODUÇÃO LOCAL E REGIONAL DO NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS, LISBOA. OS CONTEXTOS FABRIS Carolina Grilo	254
6. PRESENÇA DA OCUPAÇÃO ROMANA NO ALJUBE DE LISBOA Clementino Amaro, Eurico de Sepúlveda	272
7. A CERCA FERNANDINA: DAS PORTAS DE STA. CATARINA AO POSTIGO DO DUQUE - LISBOA Nuno Neto, Paulo Rebelo, Vanessa Mata	286
8. INDAGAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA MURALHA ANTIGA DE LISBOA: O LANÇO ORIENTAL ENTRE A ALCÁÇOVA DO CASTELO E O MIRADOURO DE SANTA LUZIA Marina Carvalhinhos, Nuno Mota, Pedro Miranda	298
9. PERSPECTIVAS ARQUEO-BIOLÓGICAS SOBRE A NECRÓPOLE ISLÂMICA DE ALFAMA Vanessa Filipe, Alice Toso, Joana Inocêncio	338
10. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA “APARTAMENTOS PEDRAS NEGRAS” (LISBOA) Sofia de Melo Gomes, Mónica Ponce, Victor Filipe	348
11. UMA APROXIMAÇÃO AO ESPAÇO VIVENCIAL DA CASA DOS BICOS: A CULTURA MATERIAL DE UMA LIXEIRA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII Inês Pinto Coelho, Tiago Silva, André Teixeira	366
12. CASA DA SEVERA, MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICAS DE UM ESPAÇO (LARGO DA SEVERA N.º 2, MOURARIA, LISBOA) Ana Caessa, António Marques, Nuno Mota	386
13. RUA DO COMÉRCIO Nº 1 A 13, LISBOA: METAMORFOSE ESPACIAL Alexandra Krus, Isabel Cameira, Márcio Martingil	414
14. TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA DO JARDIM DO REGEDOR Nº 10 A 32, LISBOA Márcio Martingil	426
15. OBJECTOS DO QUOTIDIANO NUM POÇO DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS Carlos Boavida	440

16. FRAGMENTOS DA MESA NOBRE DE UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO: PORCELANA CHINESA NUM CONTEXTO DE TERRAMOTO DA PRAÇA DO COMÉRCIO (LISBOA) Sara Ferreira, César Neves, Andrea Martins, André Teixeira	458
17. NAVIOS DE ÉPOCA MODERNA EM LISBOA: BALANÇO E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO José Bettencourt, Cristóvão Fonseca, Tiago Silva, Patrícia Carvalho, Inês Coelho, Gonçalo Lopes	478
18. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UMA ESTRUTURA SEISCENTISTA: O BALUARTE DO TERREIRO DO PAÇO César Neves, Andrea Martins, Gonçalo Lopes	496
19. A RAMPA DOS ESCALERES REAIS DA CORDOARIA NACIONAL: PRIMEIROS SINAIS DO FIM DO IMPÉRIO Mónica Ponce, Marta Lacasta Macedo, Alexandre Sarrazola, Teresa Alves de Freitas	510
Lista de Abreviaturas	516
Autores	517
Participantes	518

A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS, A IDENTIDADE E A FISIONOMIA DA CIDADE

RESUMO:

No âmbito da Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço, obra a cargo da SIMTEJO, foram identificados diversos vestígios arqueológicos que nos permitem conhecer melhor o local que foi, desde o século XVI, o centro político e social de Portugal. Durante a escavação observaram-se níveis de aterro depositados para a construção da Praça do Comércio logo após o evento sísmico de 1755, sobrepostos a níveis de ocupação relacionados com o antigo Terreiro do Paço, com especial destaque para um depósito composto exclusivamente por fragmentos de porcelana chinesa. Apesar de ter sido uma recolha parcial, pois o nível ainda se conserva em zonas não afetadas pela obra, registou-se e recolheu-se um conjunto de porcelana chinesa bastante numeroso, espelho da dinâmica comercial e do consumo das elites portuguesas da primeira metade do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE:

Arqueologia urbana, século XVIII, Lisboa, terramoto, porcelana, China.

ABSTRACT:

In 2009, the archaeological surveys developed in the Praça do Comércio (Lisbon) (SIMTEJO) uncovered a number of different archaeological realities that allow us to better understand this urban space evolution. One of the most significant archaeological remains identified was a post-earthquake (1755) landfill, exclusively filled with Chinese porcelain of the first half of the eighteenth century. Although only a part of the findings was recovered, there is still a large number of Chinese porcelain sherds to be studied, reflecting the Portuguese trade dynamics and the elite's consumption during the first half of the eighteenth century.

KEY WORDS:

Urban archaeology, 18th century, Lisbon, earthquake, porcelain, China.

Praça do Comércio.
Observação da sequência estratigráfica
e recolha de materiais arqueológicos

3.16

FRAGMENTOS DA MESA NOBRE E DE UMA CIDADE EM TRANS- FORMAÇÃO: PORCELANA CHINESA NUM CONTEXTO DE TERRAMOTO NA PRAÇA DO COMÉRCIO (LISBOA)

Sara Ferreira

CHAM-FCSH/NOVA|UAc

sara.isabel91@hotmail.com

César Neves

UNIARQ/FLUL, AAP

c.augustoneves@gmail.com

Andrea Martins

UNIARQ/FLUL, AAP

andrea.arte@gmail.com

André Teixeira

DH/FCSH/NOVA, CHAM-FCSH/NOVA|UAc

texa@fcsh.unl.pt

1. Introdução

Em março de 2009, numa das ações de acompanhamento arqueológico da *Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço* (SIMTEJO), a equipa de arqueologia da CRIVARQUE identificou, num espaço bem delimitado, uma sequência estratigráfica contendo elementos importantes para a compreensão da dinâmica evolutiva da área do Terreiro do Paço e, posteriormente, da Praça do Comércio.

Ao contrário de outros elementos arqueológicos registados no decorrer desta obra (NEVES, 2010, NEVES *et alii*, 2013), a identificação de um nível de aterro composto por 1673 fragmentos de porcelana chinesa, depositado logo após o Terramoto de 1755, só foi possível mediante o acompanhamento arqueológico, face à impossibilidade de realizar uma intervenção mais abrangente, condicionando assim as leituras interpretativas resultantes do seu estudo. Ainda assim, em 2015 foi retomada a investigação sobre este contexto, através da análise detalhada daquele relevante conjunto artefactual.

2. O sítio arqueológico

2.1. Localização

A área em análise situa-se na freguesia de São Nicolau, concelho e distrito de Lisboa. O espaço intervenção localiza-se na folha nº 431 da Carta Militar de Portugal, na escala de 1:25.000 (Fig. 1). As coordenadas

correspondentes, no *Datum* Lisboa, para a realidade arqueológica aqui descrita são:

M. -87 350; P. -106 189; Z. 0,28m.

Geologicamente insere-se numa região constituída por argilas e calcários do Miocénico, a que se associam areolas da Estefânia com *Chlamys pseudo-pandorae*, de igual época geológica (ALMEIDA, 1986). Está inserida numa zona de aluviões e/ou aterros, cartografados ao longo das principais linhas de água. A zona compreendida entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço encontra-se em pleno “Esteiro da Baixa”, uma zona aplanada, aberta a Sul para o estuário do Tejo, na qual confluem duas ribeiras atualmente encanadas: a Ribeira de Valverde e a Ribeira de Arroios.

Do ponto de vista histórico a zona de intervenção insere-se numa frente ribeirinha construída sobre aterros antrópicos, depositados na sequência da decisão de D. Manuel I de transferir a residência real para o Terreiro do Paço no início do século XVI, a que se seguiu a implantação de numerosas estruturas e equipamentos públicos relacionados com as atividades marítimas e comerciais do Reino, dinamizando assim uma área de Ribeira (CAETANO, 2000). O local conheceu ampla reformulação urbana em época pombalina, logo após o Terramoto 1755, sendo a Praça do Comércio a face mais visível dessas transformações.

2.2. Intervenção arqueológica

Os dados arqueológicos em análise neste texto provêm da zona de empreitada designada por P1. Aqui a obra consistia em intercepar o Caneiro da Rua do Ouro (em atividade) e mudar a condução do seu interior



Figura 1 - Localização da intervenção arqueológica (C.M.P. 1:25 000, Folha 431 - excerto e adaptado).

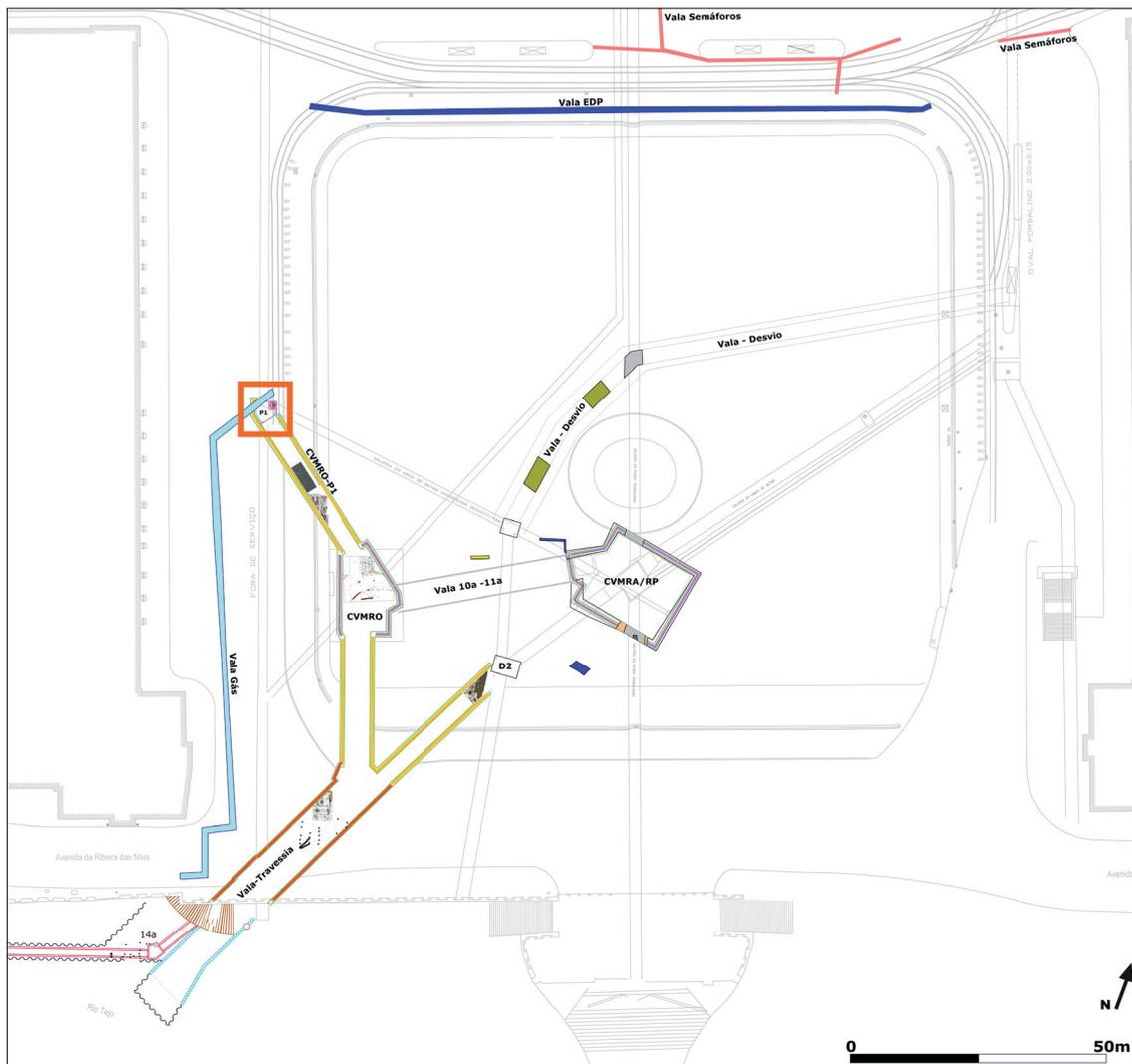


Figura 2 - Planta geral da empreitada SIMTEJO/CRIVARQUE (excerto e adaptado), com a localização exacta das realidades arqueológicas identificadas, com destaque para a área P1 (a laranja).

(águas pluviais e saneamento) para as zonas de tratamento existentes na CVM-RO e CVM-RA/RP. Assim sendo, qualquer que fosse a intervenção realizada nesta área (Fig. 2), era seguro que se iria observar a presença do Caneiro da Rua do Ouro, aqui colocado durante a requalificação pombalina da Baixa de Lisboa.

O trabalho na P1 era simples em termos de planeamento de trabalhos da obra. Consistia em detetar o caneiro através de escavação mecânica a partir da superfície atual, realizar um corte na estrutura (com cerca de 5m), selar a zona que ficava a Sul (virada para o rio e que, hoje, é um troço de caneiro que está inutilizado mas que se mantém no sítio onde foi construído) e desviar a zona a Norte (direcionado com a Rua do Ouro e de onde corre as águas e esgoto) para a futura conduta/galeria.

Todas estas ações foram feitas com recurso a meios mecânicos, sendo que o caneiro foi seccionado pela própria pá da máquina. Neste sentido, perante tamanha insensibilidade patrimonial, não foi fácil levar a cabo as ações de acompanhamento arqueológico nesta zona. Aliada a esta situação, estava-se perante uma estrutura em plena atividade e que, durante cinco dias, deixou correr a céu aberto as águas e esgoto de milhares de lisboetas, impedindo qualquer registo que não fosse o fotográfico, realizado do cimo da vala, o mais próximo possível dos achados arqueológicos.

Ao contrário das restantes áreas da obra, nesta zona não foram adotadas medidas de segurança que permitissem um trabalho arqueológico mais completo. Num espaço com um solo muito instável, fruto da forte presença de aterros e níveis de rio, o empreiteiro não colocou cortinas de estacas em betão ao longo das duas extremidades das valas e escavações, a fim de assegurar a contenção lateral dos sedimentos pouco consolidados (maioritariamente aterros pombalinos) e expostos à forte subida da maré.

Face à ausência de contenção lateral, com o nível freático a subir constantemente e com a presença do esgoto que proviria do Caneiro da Rua do Ouro, qualquer intervenção arqueológica apresentaria dificuldades acrescidas, carecia de segurança, ficaria incompleta e promovia um registo arqueológico muito condicionado.

Durante o acompanhamento arqueológico do espaço bem delimitado onde se iria intercalar o Caneiro da Rua do Ouro, observou-se uma sequência estratigráfica onde saltavam à vista dois níveis de aterro pós-pombalinos: um composto exclusivamente por fragmentos de porcelana; outro composto por cerâmica comum e restos de fundição (escória). De igual modo, abaixo desses níveis, identificou-se uma calçada pré-Terramoto e, nos níveis abaixo e claramente de rio, quatro projecteis de canhão em pedra (Fig. 3).

Apesar da grande relutância do empreiteiro, em virtude da referida falta de segurança, foi possível recolher os projecteis e o maior número possível de materiais arqueológicos provenientes desses níveis de aterro, procedendo-se também ao registo do Perfil Estratigráfico (Fig. 4). Para a sequência estratigráfica observada foi possível desenvolver as seguintes ações de registo: fotográfico – com forte recurso a fotografia ortogonal para auxiliar no registo gráfico; gráfico – desenho à escala de 1:20 de todas as UE identificadas no perfil estratigráfico; topográfico – recurso a Estação Total para georreferenciar todos os níveis arqueológicos identificados em estratigrafia, gerando informação relativamente à sua altimetria e disponibilizando dados referentes à sua localização espacial concreta face ao seu contexto atual.

A partir do momento em que se reconheceram estas realidades arqueológicas, de significativa importância para o conhecimento da evolução desta zona em períodos pré e pós Terramoto de 1755, o manobrador da



Figura 3 - Perfil Oeste observado na P1, com o nível composto por porcelanas destacado. Atente-se para a presença do nível freático.



Figura 4 - Aspecto geral dos trabalhos arqueológicos realizados na P1. Observação da sequência estratigráfica e recolha de materiais arqueológicos.

máquina começou a remover e a espalhar os sedimentos escavados para que se pudesse recolher o maior número possível de elementos arqueológicos, obviando de alguma forma a impossibilidade da equipa de arqueologia trabalhar junto do perfil estratigráfico e proceder ao seu registo integral. A escavação mecânica diminuiu então de intensidade e começou a ser controlada por níveis, para assegurar que os artefactos mantivessem uma proveniência estratigráfica o mais segura possível.

2.3. Sequência e relação estratigráfica

A sequência estratigráfica observada e registada durante o acompanhamento arqueológico efetuado na zona da caixa P1 foi a seguinte (Fig. 5):

- **UE [1]** - Piso. Piso em alcatrão, correspondendo à estrada que figurava na Praça do Comércio à data da intervenção. Sobre a [2].

- **UE [2]** - Calçada de basalto que correspondia ao piso que existia previamente à estrada de alcatrão. Sob a [1] e sobre a [3].

- **UE [3]** - Depósito. Camada de *toutvenant* que suportava a calçada da UE [2]. Envolvido num areão solto de cor amarelo, surgem muitas pedras de pequena dimensão. Apresentava uma potência máxima de 40cm. Sob a [2] e sobre a [4].

- **UE [4]** - Depósito. Camada de sedimento arenoso, de grão fino e com uma espessura que não excedia os 10cm. Não continha materiais arqueológicos nem elementos pétreos. Deverá fazer parte das camadas de preparação para a colocação do piso em calçada de basalto. Sob a [3] e sobre a [5] e [7].

- **UE [5]** - Depósito. Camada de colmatação do ramal de ferro [6]. Sedimento arenoso, castanho-avermelhado, com alguns elementos pétreos de pequena dimensão. Não continha qualquer material arqueológico. Sob a [4] e sobre a [6]. Cortou a [7].

- **UE [6]** - Infraestrutura. Tubo em ferro para transporte de água. Corresponderá a um antigo ramal que virá de um dos edifícios presentes na atual Praça do Comércio. Coberta pela [5].

- **UE [7]** - Depósito. Camada de sedimento arenoso de cor castanho-cinzento. Apresenta uma potência máxima de 1,4m e corresponderá a uma camada de aterro. Não continha materiais arqueológicos. Apresentava alguns elementos pétreos de média dimensão. Tinha presenças de oscilações de cor, devido à existência de micro-camadas mais negras. Sob a [4]. Sobre a [10] e [15]. Cortada por [5] e [8].

- **UE [8]** - Depósito. Camada de sedimento arenoso, de grão médio de coloração castanho-torrado. Apresenta algum cascalho na sua composição. Parece tratar-se de uma camada de colmatação de algum equipamento urbano contemporâneo, no entanto, na zona da P1, esse equipamento não foi identificado. Corta a [7] e cobre a [9].

- **UE [9]** - Depósito. Camada de sedimento arenoso, de grão fino e cor castanha. Apresenta escassos elementos pétreos de pequena dimensão. Parece tratar-se de uma camada de colmatação de algum equipamento urbano contemporâneo, tal como a [8], no entanto, na zona da P1, esse equipamento não foi identificado. Corta a [10] e a [12]. Sob a [8].

- **UE [10]** - Depósito. Camada de aterro com sedimento areno-argiloso de grão médio. Apresenta alguns fragmentos de cerâmica de construção. Sob a [7]. Sobre a [11] e [15]. Cortada por [9] e [8].

- **UE [11]** - Depósito. Camada de aterro. Sedimento arenoso, de coloração amarela com uma espessura máxima de 40cm, com raros elementos pétreos e com presença frequente de tijolo e telha. Sob a [10]. Sobre a [12], [14], [13] e [15].

- **UE [12]** - Depósito. Camada de aterro. De matriz areno-argilosa, de cor castanha. Sem qualquer artefacto que possibilite um enquadramento cronológico, apresentava, no entanto, alguma cerâmica de construção de cronologia Moderna e/ou Contemporânea. Sob a [10]. Sobre a [12], [14], [13] e [15].

- **UE [13]** - Depósito. Camada de aterro composta por sedimento areno-argiloso de cor castanho-esverdeado. Com uma elevada potência sedimentar (cerca de 1m de espessura máxima), este nível apresentava uma presença muito significativa de material de construção, como tijolo e telha. Nível de entulho que continha, igualmente, uma presença residual de elementos pétreos de pequena e média dimensão. Sob a [9], a [12] e [11]. Sobre a [14] e [15].

- **UE [14]** - Depósito. Camada de aterro que cobre níveis de Pós-Terramoto de 1755. Depósito pouco espesso, arenoso, apresentando alguns fragmentos de cerâmica de construção. Sob a [11] e [13]. Sobre a [15].

- **UE [15]** - Depósito. Nível de aterro Pós-Terramoto de 1755. Em conjunto com uma camada de sedimento arenoso, de cor castanho-claro, ocorre a elevada presença de fragmentos de cerâmica comum e de restos de fundição (escória). Apresenta uma espessura máxima de 30cm. Espaço bastante bem delimitado, embora não tenha sido possível definir a sua integral dimensão e a recolha artefactual está longe de corresponder à real dimensão do conjunto. Sob a [7], [10], [11] e [14]. Sobre a [16] e [17].

- **UE [16]** - Depósito. Nível de aterro Pós-Terramoto de 1755. Composto por centenas de fragmentos de porcelana chinesa, este nível não apresenta uma espessura superior a 20cm. Revela uma total ausência de materiais arqueológicos de outra categoria artefactual. Espaço bastante bem delimitado estratigraficamente, embora não tenha sido possível definir a sua integral dimensão, pois a empreitada não avançou para Oeste. Sob a [15]. Sobre a [17] e [18].

- **UE [17]** - Depósito. Camada areno-argilosa de cor cinzenta que colmata uma calçada de seixos [18]. Apresenta uma espessura máxima de 30cm, não apresentando qualquer material arqueológico associado, apesar de estar coberta pelo nível de aterro composto por porcelanas. Sob a [16] e [15]. Sobre a [18].

- **UE [18]** - Piso. Calçada de seixos de quartzito (seixos de dimensão média a grande). Só foi possível de observar em estratigrafia e nunca em plano. O seu grau de destruição deverá estar relacionado com a evolução urbanística deste local, pois parece ter sido cortada pelo Caneiro da Rua Augusta. Não tem materiais arqueológicos associados. Está colmatada por níveis de aterro Pós-Terramoto de 1755. Sobre a [19] e [20]. Sob a [16] e [17].

- **UE [19]** - Depósito. Camada areno-argilosa de coloração muito escura (cinzento-preta). Deverá ser equivalente à [20], mas como o nível freático ainda não tinha

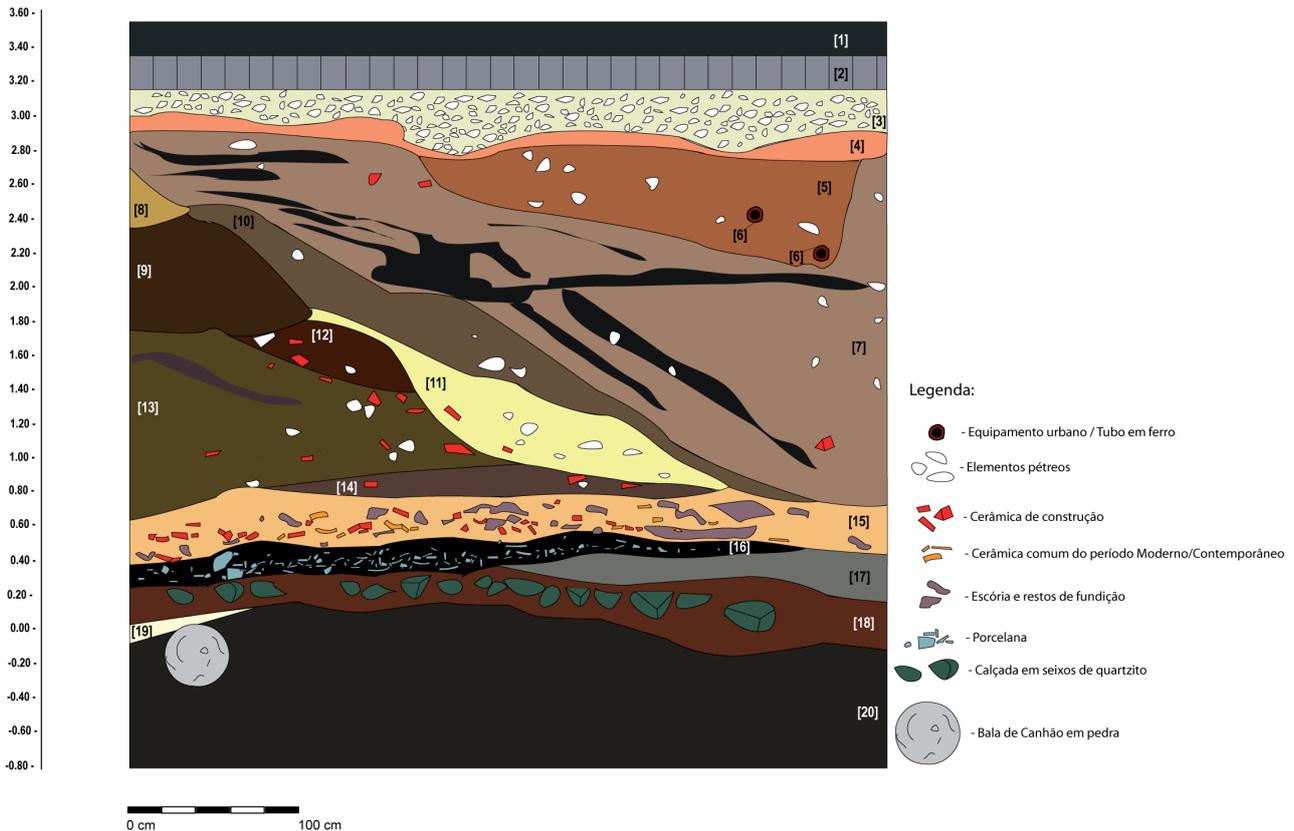


Figura 5 - Sequência estratigráfica identificada na P1. Registo gráfico.

subido até aqui na altura que foi registado, confere-lhe uma tonalidade mais clara. Não contem materiais arqueológicos. Sob a [20]. Sobre a [20], embora haja a dúvida de poder ser equivalente a esta.

- **UE [20]** - Depósito. Camada areno-argilosa de coloração muito escura (preto). De difícil observação devido à subida do nível freático e da presença das águas provenientes do Caneiro. Continha 4 projecteis em pedra. Corresponderá a um nível de rio (aluvião). Não se observou o seu limite inferior. Sob a [18].

3. A porcelana chinesa

Na intervenção arqueológica da Praça do Comércio, mais especificamente na UE16, associada a um nível de aterro com uma datação posterior ao dia 1 de novembro de 1755, foi recolhido um conjunto de 1673 fragmentos de porcelana, tratados no âmbito do presente estudo. Após o processo de colagem e inventariação registou-se 660 *Número Mínimo de Indivíduos* (NMI), divisíveis em vários grupos.

3.1. “Azul e Branco” (2ª metade do século XVI e 1ª metade do século XVII)

Dentre os exemplares em estudo, composto *grosso modo* por peças características dos finais do século XVII e da centúria seguinte, identificaram-se duas tigelas com decorações integráveis nas produções do reinado de

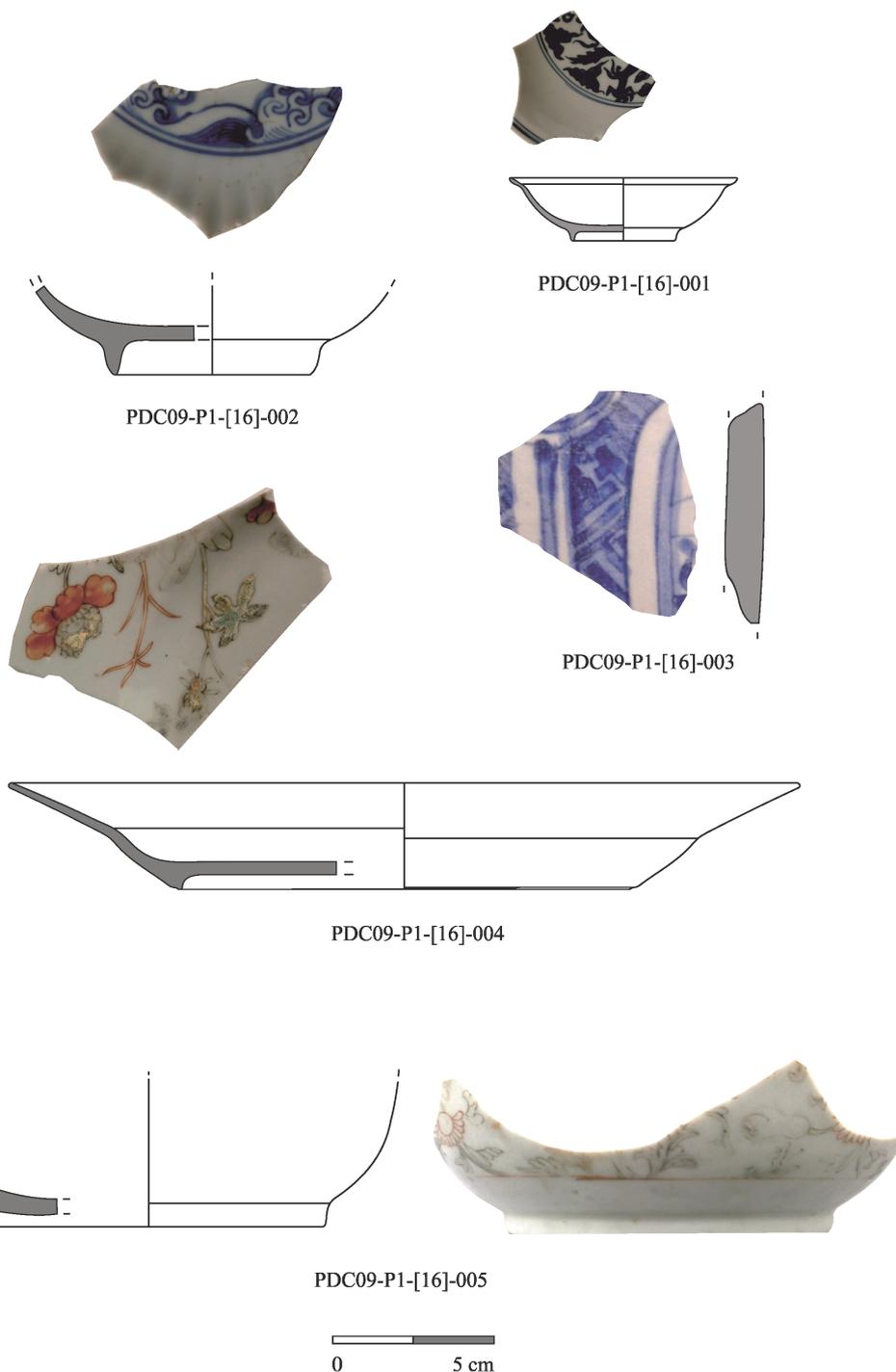
Wanli (1572-1620) (MATOS, 2003, p. 17). Ambos os exemplares apresentam um medalhão central, delimitado por duplo círculo. Numa das peças figura um dragão ladeado por enrolamentos de nuvens e flores de lótus (PDC09-P1-[16]-001, estampa 1), enquanto que na segunda tigela é representada uma paisagem aquífera (PDC09-P1-[16]-002, estampa 1).

Os exemplares enquadram-se nessa intensificação da afluência de porcelana chinesa à Europa após o estabelecimento português em Macau. Integram-se na popular decoração azul e branco, possibilitada pelos contactos da dinastia Ming (1368-1644) com a região persa de Kashan, de onde provinha o cobalto, e que conduziram à emergência de uma verdadeira metrópole oleira em Jingdezhen a partir dos inícios do século XV. O local beneficiou de uma posição privilegiada, com a proximidade dos montes Goaling (caulino), rodeado por densas florestas, e ainda, pela presença da ribeira de Chang, que permitiu o escoamento dos produtos até Pequim e aos portos da costa meridional (MATOS, 1996, pp. 23-24).

Um único fragmento de um grande pote, com uma decoração estruturada em cartelas de formato prismático (PDC09-P1-[16]-003, estampa 1), pode ser integrável no grupo da *Kraak porselein*. Trata-se de um tipo de porcelana com um esquema decorativo muito próprio, compartimentado em painéis preenchidos por símbolos esperançosos, flores e faunas, a ladear um motivo central, fabricadas propositadamente com destino à exportação para a Europa.

Em 1594, Portugal sob domínio filipino fechou o porto de Lisboa ao abastecimento dos Países-Baixos, com os quais estava em guerra. Tal facto estimulou os neerlandeses a abastecer-se de produtos asiáticos navegando diretamente para o Índico, através de diversas companhias comerciais surgidas logo em 1595. Em 1602 todas foram agrupadas na *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*. Poucos anos depois, a Inglaterra criou também a sua

companhia de comércio oriental, a *East India Company*, pondo em causa a supremacia portuguesa nos Mares da Ásia. Entre os produtos trazidos à Europa por estes empreendimentos britânico e neerlandês estavam as porcelanas, procura que motivou a produção em série deste tipo de *Kraak porselein*, a porcelana da carraca, batizada em consagração do tipo de embarcação comercial utilizada pelos Portugueses no Índico (MATOS, 2003, p. 21).



Estampa 1

3.2. “Família Verde” (1680-1720)

A decoração da porcelana chinesa seguia critérios próprios característicos do reinado de cada imperador, sendo a técnica e a iconografia decorativa importantes aferidores cronológicos. Regra geral, à morte de um imperador introduzindo-se rapidamente os símbolos e esmaltes do novo reinado. A Kangxi (1662-1722) são atribuídas as peças decoradas por esmaltes policromos, sendo o verde a cor de maior destaque, acompanhado pelas tonalidades de vermelho alaranjado, azul, amarelo, preto e dourado, compondo a designada “Família Verde”. As porcelanas deste período ostentam decorações cuidadas, ricas em pormenores, com iconografias florais e zoomórficas de estilo oriental (CARVALHO, 1993, pp. 86-87). A sua riqueza e policromia chegaram à Europa a partir de 1680, atingindo uma enorme aceitação e popularidade nos quotidianos.

Na Praça do Comércio foram contabilizados 31 (NMI) indivíduos pertencentes a este grupo e que, segundo o esquema decorativo e tipologias aferidas, se dividiriam em dois serviços de jantar. O primeiro reparte-se por 18 pratos rasos (PDC09-P1-[16]-004), uma terrina circular/sopeira (PDC09-P1-[16]-005) e uma forma indeterminada (estampa 1). Apresenta uma decoração muito fina e cuidada, com motivos florais e libelinhas delimitados a finos traços negros, semelhantes às peças em porcelana japonesa decoradas sobre a técnica de *Kaikemon* (HENRIQUES, 2012, p. 926). O segundo serviço identificado é composto por 11 travessas hemisféricas côvas, com bordo recortado em chaveta delimitado por uma linha vermelha, preenchido por volutas e motivos florais. O fundo das formas é decorado ao centro por flores, delimitadas por uma cercadura dourada de losangos intercetados (PDC09-P1-[16]-006, estampa 2).

Em meados do século XVII, a instabilidade política na China refletiu-se no setor da produção porcelânica, sendo perturbada a laboração dos fornos de Jingdezhen. Sem supervisão imperial, os artesões usufruíram de maior liberdade criativa, estimulada também pelos comerciantes neerlandeses e japoneses, que fizeram notar a sua influência no reportório tipológico e decorativo, diversificando-os (MATOS, 1996, pp. 31-32). Em 1683, sob o domínio de Kangxi, Jingdezhen foi reconstruída e a produção reorganizada, passando novamente a ser controlada ao nível imperial. Foi um período de profunda reformulação no fabrico de porcelana, elevando-a a uma perfeição técnica e decorativa até então inatingíveis. A descoberta de cobalto no território chinês permitiu obviar as importações persas (MATOS, 2003, pp. 21-23).

A recetividade do imperador face às novidades levadas à China pelos Jesuítas, a par da crise dos metais na Europa, conduziu ao fabrico de serviços de jantar e de chá integralmente em porcelana, em a substituição de baixelas de prata. Deste modo, no reportório formal alusivo ao serviço de jantar surgiram peças como terrinas e travessas (inicialmente de formato hemisférico, também designadas por sopeiras), pratos de diversas dimensões, saladeiras, molheiras, saleiros, azeitoneiras e mostardeiras. Nos serviços de chá surgiram formas como bules, leiteiras, açucareiros e pequenas tigelas/copos, onde eram degustadas bebidas quentes segundo o modelo oriental (LEITE, 1986, pp. 74-80).

3.3. “Azul Soprado”/ *Powder-Blue* (1700-1725)

Nos primórdios do século XVIII, nos fornos de Jingdezhen, foi desenvolvido um novo tipo decorativo designado por Azul Soprado ou *Powder Blue*. As peças deste tipo apresentam uma superfície quase totalmente de cor azul safira, interrompida por cartelas brancas de formato prismático decoradas no interior pelos esmaltes da “Família Verde”. Nesta nova técnica o azul de cobalto era soprado por um bambu sobre a superfície ainda crua das peças. Durante o processo eram definidos e cobertos com papel de arroz os espaços a manter em branco. Após a primeira cozedura os espaços a branco eram decorados por motivos florais, delineados através dos esmaltes da “Família Verde” (MATOS, 2003, pp. 24-26).

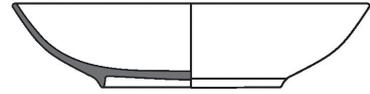
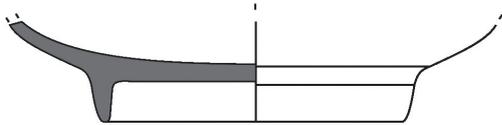
Dentre o conjunto lisboeta em estudo foram identificadas um total de 41 peças (NMI) de superfície azul lustrosa com cercaduras douradas de losangos intercetados. Apresentam espaços a branco, compostos por cartelas de formato prismático, decoradas no interior por motivos florais definidos através da “Família Verde”. No âmbito formal os exemplares encontram-se repartidos: um grande pote e a respetiva tampa; cinco mostardeiras (PDC09-P1-[16]-009) e uma tampa respetiva; duas travessas hemisféricas rasas; 14 travessas hemisféricas côvas; três terrinas hemisféricas/sopeiras (PDC09-P1-[16]-008); nove pratos rasos (PDC09-P1-[16]-007) e nove formas indeterminadas (estampa 2).

3.4. “Família Rosa” (1720-1800)

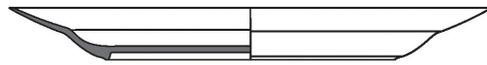
Em meados da segunda metade do século XVII, Andreas de Cassius patenteia na Holanda o pigmento “cor-de-rosa”, elaborado à base de uma pequena quantidade de ouro em dispersão coloidal. A inovação policroma é levada a Kangxi pelos Jesuítas, sendo rapidamente assimilada na paleta de cores da porcelana chinesa (Leite, 1986, pp. 34-74). A aplicabilidade do cor-de-rosa à porcelana surge em conjunto com o branco opaco extraído do arsénico. A utilização deste último elemento como base dos esmaltes policromos, aliado ao total controlo da sua cozedura, permite obter uma maior variação de tonalidades, incluindo decorações baças (CARVALHO, 1993, pp. 85-86).

No início da utilização da nova cor, coincidentes com os últimos anos do reinado de Kangxi, a falta de domínio da técnica de cozedura fez surgir peças com decorações de rosas avermelhadas, por vezes com contornos a vermelho alaranjado, idênticas às peças da “Família Verde”, que continuaram a ser produzidas até à morte de Kangxi (MATOS, 2003, pp. 29-35). Inseridos neste período de fabrico contabilizaram-se 19 peças (NMI) da Praça do Comércio, repartidas em 12 travessas hemisféricas e sete pratos rasos. Apresentam decorações florais na extremidade e ao centro das formas, delimitadas a vermelho com preenchimentos a cor-de-rosa opaco envolvidas por cercaduras douradas de losangos intercetados (PDC09-P1-[16]-010, estampa 2).

No decorrer do reinado do imperador Yongzheng (1722-1735), o total domínio da conjugação do branco de arsénico e o controlo da cozedura dos esmaltes fez surgir decorações que caracterizam em pleno a desig-



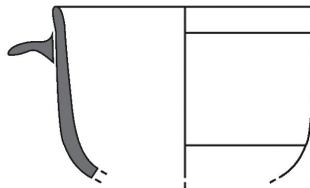
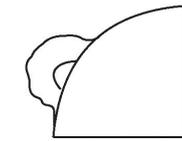
PDC09-P1-[16]-006



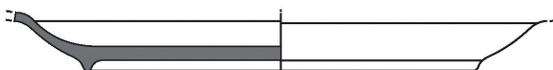
PDC09-P1-[16]-007



PDC09-P1-[16]-008



PDC09-P1-[16]-009



PDC09-P1-[16]-010



PDC09-P1-[16]-011

nada “Família Rosa”. As porcelanas decoradas a partir deste período representam normalmente motivos florais ricos em pormenores, com recurso a múltiplas cercaduras delineadas pelos esmaltes rosa, verde, azul, preto e dourado, conjugados com o branco de arsénico. As peças do período de Yongzheng caracterizam-se pela sua finura, sendo por vezes quase translúcidas, pelos seus revestimentos com vidrados de elevada qualidade e pelas suas bases, fundos ou pés alongados em forma de “V” (CARVALHO, 1993, pp. 85-86). A emergência do Rococó na Europa, em voga a partir dos inícios de setecentos, levou à preferência por decorações com motivos florais de tonalidades suaves, conduzindo ao fim das peças da “Família Verde”. Na verdade, as porcelanas da “Família Rosa” atingiram uma enorme popularidade, não só no velho Continente, como também na Corte de Pequim (LEITE, 1986, p. 80).

No conjunto em estudo podem integrar-se 49 peças (NMI) atribuíveis a este período de fabrico da “Família Rosa”, repartíveis por dois esquemas decorativos distintos. Primeiramente, num total de sete pratos rasos, encontram-se os exemplares com abas decoradas por motivos florais, separados do fundo por uma cercadura dourada de losangos intercetados, com a representação ao centro de um medalhão de motivos florais (PDC09-P1-[16]-011, estampa 2). Em segundo lugar, registam-se 10 pratos rasos, 11 pratos côvos, seis pratos indeterminados e 15 travessas hemisféricas, com uma decoração em que a extremidade e o centro da forma são delimitados por uma cercadura dourada de losangos intercetados e a aba e fundo são preenchidos por motivos de arabescos e flores de lótus (PDC09-P1-[16]-012, estampa 3).

3.5. Tinta-da-China / Sépia / Grisaille / Encre-de-Chine (1725-1775)

Em meados de 1725 foi introduzida uma nova técnica no repertório decorativo da porcelana chinesa designada por “Tinta-da-China”. O novo método permitia copiar na perfeição as gravuras europeias enviadas à China, através de finas linhas negras preenchidas escassamente por rosas, verdes, azuis e dourados (SAPAGE, 1992). A ausência maioritária de cor não obteve uma aceitação positiva na Europa, findando esta técnica em meados de 1775.

No conjunto do Terreiro do Paço foram identificados quatro indivíduos pertencentes a este tipo. Duas das peças apresentam decorações com motivos florais com pormenores e preenchimentos a dourado, sendo um deles uma terrina circular ou sopeira e o outro uma forma não identificada. Os restantes dois indivíduos, referentes a duas tigelas, apresentam o bordo delimitado por uma cercadura a azul de losangos intercetados, com o corpo das peças preenchido por uma paisagem vegetalista a negro com preenchimentos a dourado, verde e rosa esbatidos (PDC09-P1-[16]-013, estampa 3).

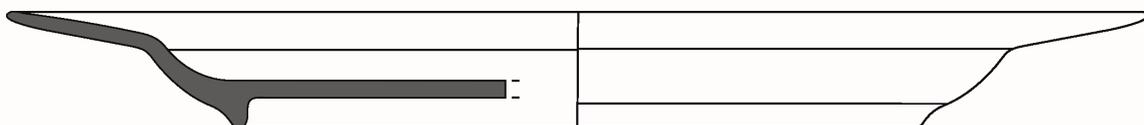
3.6. “Azul e Branco” (Qianlong, 1723-1795)

A chegada ao trono do imperador Qianlong não implicou a supressão da “Família Rosa” característica do reinado anterior, continuando esta a ser enviada para a Europa até meados de 1800. Contudo, a exportação em massa de

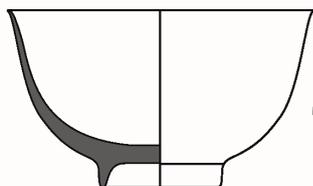
serviços levou à perda de qualidade e rigor decorativo deste tipo decorativo, distanciando-as das finas e delicadas peças dos inícios do século XVIII. Num período em que produção mergulhou em declínio, aliado ao volume das encomendas do mercado europeu, as peças a “Azul e Branco”, que continuaram a ser produzidas no decorrer da dinastia Qing a par das demais “Famílias” citadas, assumem-se como a opção mais rápida e económica (CARVALHO, 1993, p. 86). A produção de “Azul e Branco” mais frequente do reinado de Qianlong tem decoração com azul pálido de vidrados acinzentados, reintegrando decorações características da dinastia Ming no repertório iconográfico, sem lhes dar valor simbólico. Atribui-se-lhe também a evolução das grandes tipologias hemisféricas dos serviços de jantar (terrinas / sopeiras e travessas) para formas ovais ou semirretangulares de bordos recortados, assim como a introdução da chávina nos serviços de chá (LEITE, 1986, p. 80).

Integrados nesta cronologia encontram-se 476 peças (NMI), que se repartem em cinco esquemas decorativos distintos.

Em primeiro lugar, num total de 340 (NMI), encontram-se as peças decoradas na extremidade por festões e motivos florais (peónias, lírios, orquídeas e romãs), com cercaduras de losangos intercetados e lancetas (PDC09-P1-[16]-014, estampa 3). As formas abertas deste subconjunto apresentam ao centro, medalhões com paisagens variáveis, com os seguintes elementos (ver estampas 3 a 7): delimitação em duplo círculo com peónias e bambus (PDC09-P1-[16]-015); cercadura de losangos intercetados interrompidos por reservas florais e geométricas, integrando representação de paisagem aquífera com dois patos e plantas aquáticas (nenúfares e flores de lótus) (PDC09-P1-[16]-016; PDC09-P1-[16]-017; PDC09-P1-[16]-018); representação de uma paisagem vegetalista com peónias arborescentes, lírios, orquídeas e borboletas, limitada por um gradeamento de jardim (PDC09-P1-[16]-019; PDC09-P1-[16]-020); delimitação em duplo círculo com a representação de motivos florais, como crisântemos e plantas aquáticas (PDC09-P1-[16]-021; PDC09-P1-[16]-022); medalhão central demarcado em duplo círculo com a representação de uma paisagem vegetalista, da qual fazem parte duas graças, peónias arborescentes e um rochedo (PDC09-P1-[16]-023; PDC09-P1-[16]-024; PDC09-P1-[16]-025); delimitação em duplo círculo preenchido por uma paisagem vegetalista composta por um rochedo com peónias arborescentes e borboletas esvoaçantes (PDC09-P1-[16]-026). Em termos formais todos os exemplares pertencem a serviço de jantar, incluindo 118 pratos rasos (PDC09-P1-[16]-014; PDC09-P1-[16]-016; PDC09-P1-[16]-019), 96 pratos côvos (PDC09-P1-[16]-017; PDC09-P1-[16]-023; PDC09-P1-[16]-026), 31 pratos indeterminados, 13 tigelas, 10 travessas semirretangulares de bordo recortado (PDC09-P1-[16]-018; PDC09-P1-[16]-020; PDC09-P1-[16]-021), 11 terrinas hemisféricas / sopeiras (PDC09-P1-[16]-015), 16 terrinas semirretangulares de bordo recortado (PDC09-P1-[16]-025; PDC09-P1-[16]-027) e nove tampas respetivas (PDC09-P1-[16]-028), 15 saladeiras de bordo em aba (PDC09-P1-[16]-023; PDC09-P1-[16]-024), seis saladeiras de bordo revirado (PDC09-P1-[16]-029), cinco azeitoneiras (PDC09-P1-[16]-030), cinco mostardeiras (PDC09-P1-[16]-031) e cinco formas indeterminadas.



PCD09-P1-[16]-012



PCD09-P1-[16]-013

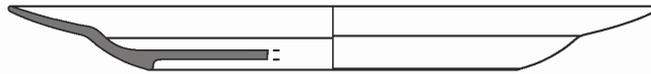


PCD09-P1-[16]-014



PCD09-P1-[16]-015





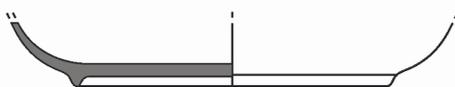
PCD09-P1-[16]-016



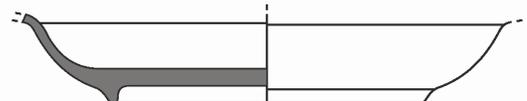
PCD09-P1-[16]-017



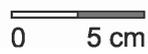
PCD09-P1-[16]-019

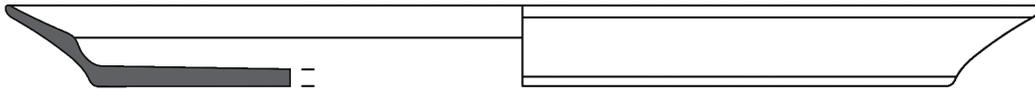


PCD09-P1-[16]-023

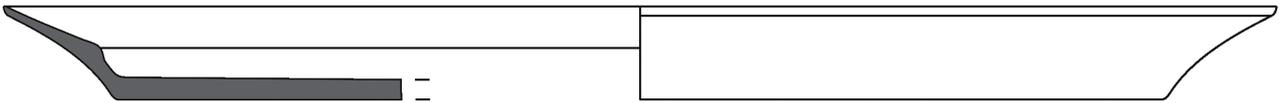


PCD09-P1-[16]-026

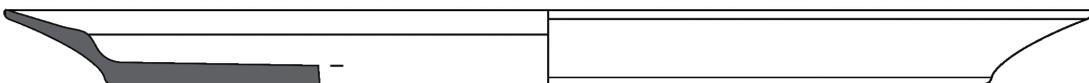




PCD09-P1-[16]-018

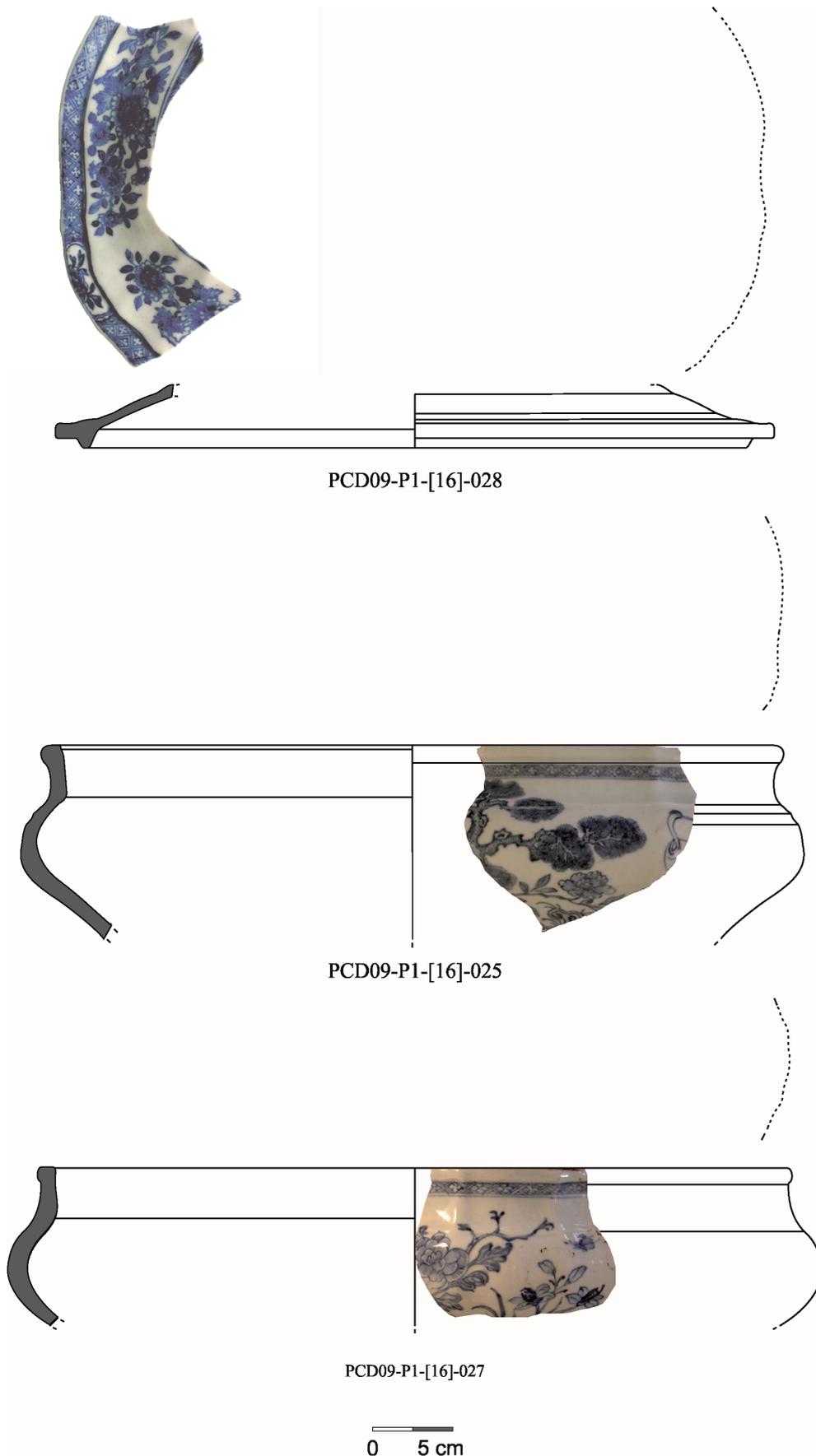


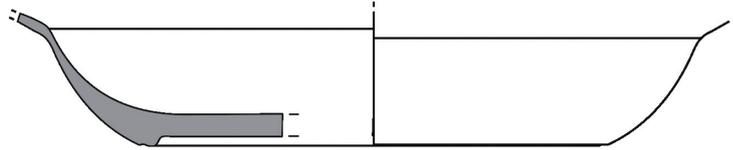
PCD09-P1-[16]-020



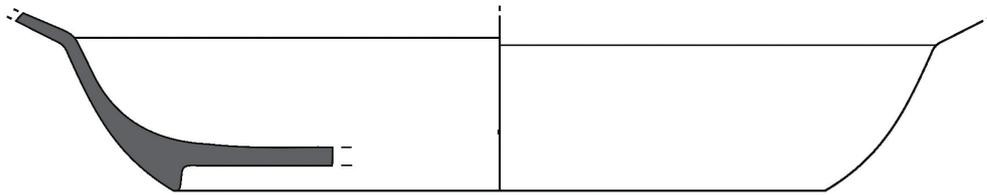
PCD09-P1-[16]-021

0 5 cm





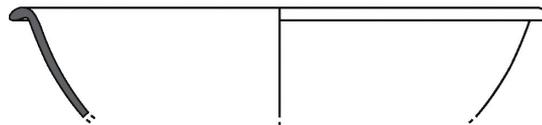
PCD09-P1-[16]-022



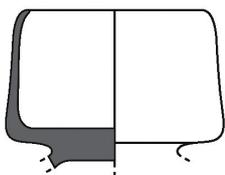
PCD09-P1-[16]-024



PCD09-P1-[16]-030



PCD09-P1-[16]-029



PCD09-P1-[16]-031



O segundo grupo associado à cronologia do reinado de Qianlong apresenta a extremidade da forma delimitada por uma cercadura de losangos intercetados, encontrando-se o restante corpo da peça preenchido por elementos florais. Formalmente restringe-se a 43 pratos rasos (PDC09-P1-[16]-032, estampa 8) e 21 pratos côvos.

Um terceiro conjunto de 45 peças (NMI), divididas em 44 pratos côvos e um prato raso, integra os exemplares decorados junto ao bordo por arabescos intercalados por motivos florais e símbolos taoistas e budistas. Ao centro das formas foram representados motivos florais delimitados por uma cercadura de lancetas (PDC09-P1-[16]-033, estampa 8).

Segue-se um grupo de peças com bordo delimitado por uma cercadura de losangos intercetados, decoradas por motivos florais (bambus, glicínias e peónias). O repertório tipológico restringe-se a seis pratos rasos, seis tigelas e oito pequenas tigelas integráveis num serviço de chá (PDC09-P1-[16]-034, estampa 8).

Por fim, destacam-se sete pratos (NMI) decorados por uma paisagem de inspiração oriental, delimitada por uma cercadura de losangos intercetados (PDC09-P1-[16]-035, estampa 8). A temática decorativa representada é interpretada na bibliografia como uma alusão à cidade de Cantão no século XVIII (MOTA, 2000, p. 68).

4. A China na mesa lisboeta e a catástrofe de 1755

A análise global do conjunto de porcelana chinesa exumada no subsolo da Praça do Comércio, em Lisboa, composto por um total de 1673 fragmentos agrupáveis em 660 *Número Mínimo de Indivíduos*, apresenta na sua esmagadora maioria características das produções do século XVIII (Gráficos 1 e 2). Merecem especial destaque as porcelanas fabricadas sensivelmente a partir do segundo quartel desta centúria, que representam mais

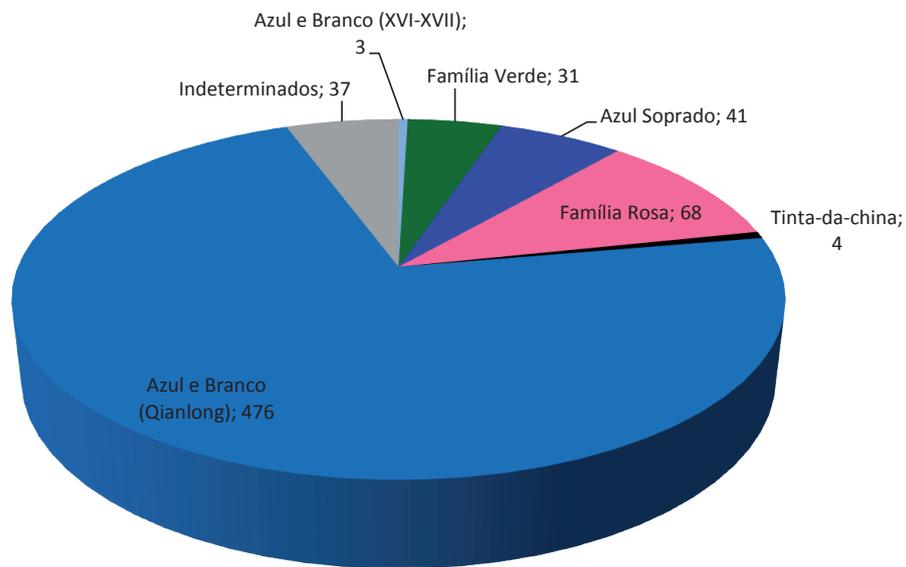


Gráfico 1 - Frequência percentual dos tipos de porcelana chinesa.

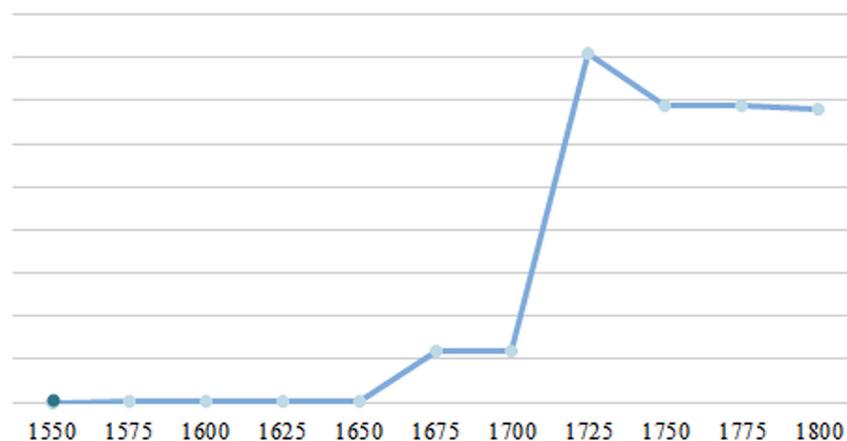
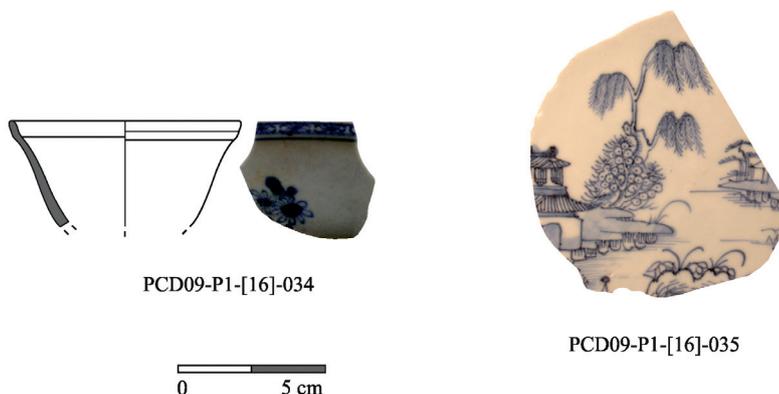
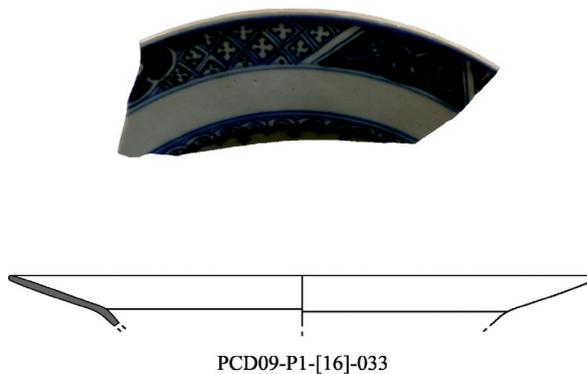
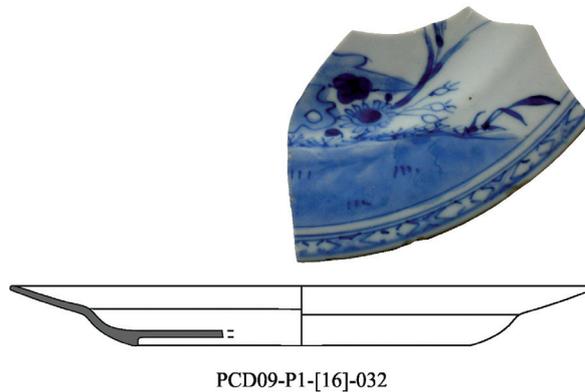


Gráfico 2 - Dispersão e frequência crono-estilística do Número Mínimo de Indivíduos de porcelana chinesa.

de 80% do conjunto. Introduzindo o conjunto no contexto estratigráfico, um dos níveis de aterro após o terremoto de 1 de novembro de 1755, é possível afirmar que estas cerâmicas eram de importação recente a partir da China, aquando da catástrofe e da sua deposição.

Em termos dos tipos decorativos registados merecem especial menção as decorações a azul e branco, executadas no reinado do imperador Qianlong (1735-1796), que representam quase $\frac{3}{4}$ do conjunto. O segundo grupo mais expressivo diz respeito à "Família Rosa", onde avultam os exemplares do imperador Yongzheng (1722-1735), portanto com uma cronologia também do segundo quartel de Setecentos, embora se registem

fragmentos passíveis de produção nos derradeiros anos de Kangxi (1662-1722). A série coeva denominada "Tinta-da-China" é muito escassamente representada, sinal da já referida pouca expressão no gosto português, onde o azul e branco manteve grande expressão, como é possível discernir no conjunto estudado. As séries dos finais do século XVII ou do primeiro quartel de Setecentos representam apenas 10%, a "Família Verde" e a "Azul Soprado". Finalmente, destaque para a aparição residual de porcelanas azul e branco do século XVI ou de inícios da centúria seguinte, sinal da relevância deste tipo de peças e da sua longa continuidade de uso.



De facto, a diversidade decorativa e técnicas observadas no conjunto, aliada a curta datação de fabrico e uso, balizada entre 1725 e 1755, poderá assentar na massificação da produção nos finais do século XVII, que conduziu a sucessiva substituição dos serviços por novas técnicas e decorações em voga. Decerto um estudo elaborado aos contextos nobiliárquicos ingleses aponta que, no decorrer do século XVIII, os serviços de jantar e chá atingiriam, nos quotidianos, um máximo de 10 anos, sendo recorrentemente substituídos por um novo estilo ou padrão emergente (LEITE, 1986, p. 234). Paralelamente, calcula-se que as grandes famílias europeias poderiam ter na sua pose, no decorrer da centúria de setecentos, quatro ou cinco serviços de porcelana completos (Carneiro, 1989, p. 15). No caso dos achados da Praça do Comércio a diversidade técnica e decorativa do conjunto aponta a presença provável de dez serviços de jantar e um de chá, todos incompletos.

Já os exemplares Ming atingem no registo arqueológico uma maior longevidade. Poderão corresponder a peças manuseadas com maior cuidado, adquiridos num período de relações luso-chinesas mais instáveis, catapultando-os a objetos de luxo, raros, de ostentação e cerimonial (CORREIA, 2005, pp. 88-89). Este não é o primeiro exemplo lisboeta em que exemplares da dinastia Ming são identificados em níveis de aterro da segunda metade do século XVIII, podendo referir-se os casos das intervenções no Mercado da Ribeira (FERREIRA, 2015, pp. 60-63) e na Praça da Figueira, este último correspondente ao claustro Nordeste do Hospital Real de Todos-os-Santos, abandonado entre 1773 a 1775 (BARGÃO, 2015, p. 55).

Retomando o contexto estratigráfico da Praça do Comércio, é-nos impossível determinar com exatidão o momento em que o conjunto integrou o registo arqueológico, uma vez que o processo de reconstrução da principal praça da cidade decorreu de forma morosa, sendo apenas concluído 120 anos depois, com a construção do Arco da Rua Augusta. No dia 2 de novembro de 1755, o Marquês de Pombal ordenou a nomeação de desembargadores para cada bairro da cidade. Neste processo foram retirados dos escombros os cadáveres das vítimas, mas também todos os objetos valiosos que compunham o recheio das casas arruinadas. Um mês depois, no dia 4 de dezembro de 1755, foi entregue na Corte a Dissertação de Manuel da Maia, que previa o arrasamento de parte baixa da cidade, permanecendo os escombros dos edifícios *in situ* para o alteamento e nivelamento da cota urbana em relação ao nível médio das águas do mar (“Plano Geral da Baixa”) (MONTEIRO, 2010, pp. 79-93). Estas diretrizes só foram postas em prática em 1759, quando se reuniram as condições logísticas e políticas para dar início à reconstrução da cidade. A par do “Plano Geral da Baixa” foram elaborados projetos individuais para o Terreiro do Paço, destacando-se o “Plano da Praça do Comércio” de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, aprovado em 16 de janeiro de 1758. A proposta previa a construção de uma ampla praça ao longo de uma área composta por 177m x 192,5m, delimitada a Oeste e a Este por dois torreões, segundo o modelo seiscentista de Terzi. Ao centro foi colocada a estátua equestre de D. José I, concebida por Joaquim Machado de Castro, sendo o conjunto rematado pelo arco triunfal da Rua Augusta, idealizado por Veríssimo da Costa (VALE, 2004, pp. 29-34). Atendendo a esta

dinâmica de reconstrução, consideramos que o conjunto de porcelanas deve ter integrado a sucessão estratigráfica da Praça do Comércio seguramente entre o ano de 1755 e o dia 6 de junho de 1775, data da inauguração da estátua de D. José I, quando o alteamento, nivelamento e definição da Praça já estava por certo concluído.

Os dados expostos apontam, pois, para o contexto da catástrofe de 1755 como justificação para o descarte de um tão vasto e diversificado conjunto de porcelanas. Coloca-se a hipótese de que a realidade arqueológica analisada possa ser reflexo do processo de salvados, iniciado logo no dia 2 de novembro de 1755, visando obviar a pilhagem dos escombros proporcionada pelo caos das derrocadas. Nesse sentido, os exemplares estudados corresponderiam aos refugos deste processo de salvados de porcelana chinesa, rejeitados eventualmente pela sua fratura ou mau estado de conservação geral.

Estes dejetos foram certamente recolhidos nas proximidades do Terreiro do Paço, pertencendo anteriormente a algum dos numerosos palácios aqui existentes, ou a uma das numerosas instituições de poder existentes em redor. Com efeito, no início do século XVI o local fora estruturado de forma a catalisar e organizar todo o tráfego ultramarino, estabelecendo-se a Corte régia, mas também uma série de espaços logísticos, instituições de controlo fiscal e casas de comércio, numa configuração que permaneceu em boa medida até à manhã de 1 de novembro de 1755 (CAETANO, 2000, pp. 89-90). As porcelanas chinesas analisadas poderiam corresponder a peças em uso nas casas mais abastadas, ou até tratarem-se de serviços em utilização no interior do próprio Paço da Ribeira.

O conjunto de porcelana chinesa em análise é, por ora, um achado arqueológico singular, para o qual dificilmente se encontram paralelos publicados em termos quantitativos e técnicos para contextos lisboetas da primeira metade do século XVIII. Um estudo elaborado por um de nós noutro lugar, correspondente a um nível de aterro da frente ribeirinha junto do atual Mercado da Ribeira, com datação análoga, não apresenta simultaneidades numéricas e/ou técnicas com o conjunto da Praça do Comércio (FERREIRA, 2015, pp. 60-63). Certamente que esta era uma área da cidade onde, mau grado a concentração de riqueza pela proximidade com unidades logísticas relacionadas com a expansão Atlântica (SARROZOLA *et alii*, 2014), não existiam casas senhoriais em número tão numerosa como no epicentro do poder político português, o Terreiro do Paço. Em todo o caso, o que merece ser destacado é a ausência de estudos arqueológicos de pormenor sobre contextos lisboetas setecentistas, época de profunda metamorfose na estrutura urbana, seguramente traduzível em inúmeros contextos relacionados com os escombros de 1755. Sem a possibilidade de estabelecer esta dimensão comparativa é difícil que a arqueologia possa dar maior contributo para o conhecimento dos circuitos comerciais e padrões de consumo da população lisboeta nesta época.

5. Considerações finais

A intervenção arqueológica levada a cabo em 2009, no âmbito da empreitada de construção do *Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro*

do Paço, permitiu colocar a descoberto uma dinâmica estratigráfica importante para a interpretação da história de Lisboa na Idade Moderna. Com ela foram identificadas realidades arqueológicas que permitem reconstruir a principal praça da cidade anterior a 1755, mas também as dinâmicas posteriores à catástrofe. No subsolo da praça, idealizada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, foi possível identificar inúmeros níveis de aterro após 1755, que possibilitaram nivelar e altear a sua cota, fazendo-a também avançar em direção ao Tejo, colmatando toneladas de destroços da catástrofe que permaneceram *in situ*, tal como sugerira Manuel da Maia.

Esta foi uma intervenção arqueológica limitada aos constrangimentos da obra, que se consubstanciou no sector em estudo apenas por um acompanhamento arqueológico, em condições de registo extraordinariamente precárias e de uma recolha apenas parcial. Esta é a razão pela qual o conjunto apresentado não corresponde a uma amostra quantitativa totalmente fiável do universo da porcelana chinesa existente no subsolo da Praça do Comércio. A unidade estratigráfica a si associada, a UE16, não foi integralmente escavada, observando-se a sua continuidade em corte, registando-se uma baixa taxa de colagens entre fragmentos no decorrer do estudo.

Ainda assim, a investigação permitiu abordar um conjunto de 1673 fragmentos de porcelana chinesa, referentes a 660 *Número Mínimo de Indivíduos*, integrado num daqueles níveis de terraplanagem, onde o sedimento era aliás escasso face à abundância deste material cerâmico. Neste âmbito foi possível reconhecer exemplares pertencentes a diversas categorias tipológicas e funcionais, agrupadas nas produções “Azul e Branco” do imperador Qianlong, “Tinta-da-China”, “Família Rosa” dos imperadores Yongzheng e Kangxi, “Azul Soprado”, “Família Verde” e escassos exemplares de produções dos séculos XVI e XVII. Neste contexto, a cronologia de fabrico da esmagadora maioria do acervo aponta para o segundo quartel do século XVIII. O contexto estratigráfico indica que tratar-se-ia de exemplares inseridos nos quotidianos lisboetas até à manhã trágica de 1 de novembro de 1755, podendo o seu descarte resultar de um processo de rejeição de salvados iniciados logo após a catástrofe.

A quantidade e a diversidade decorativa dos exemplares elucidam o poderio económico da cidade na primeira metade de Setecentos, além do gosto pelas decorações a azul e branco e a capacidade de renovação dos serviços de jantar e de chá neste contexto do século XVIII, já que a grande maioria das peças eram de importação recente aquando do terramoto. Era a área mais nobre da cidade, pelo que estes objetos deviam servir nas casas mais abastadas que contornavam o Terreiro do Paço, talvez até o próprio Paço da Ribeira. Provavelmente só quotidianos nobiliárquicos poderiam usufruir de baixelas de jantar e chá em porcelana com decorações tão diversificadas e objeto de aquisição tão recente.

A conclusão exposta acresce a ausência de contextos arqueológicos semelhantes publicados, indicando-nos o carácter singular deste achado. Esta parece ser, contudo, uma realidade resultante acima de tudo do volume de investigação da arqueologia moderna lisboeta. O estabelecimento de paralelos arqueológicos com o conjunto proveniente da Praça do Comércio tornou-se, de facto, inexequível,

obrigando ao estabelecimento de datações a partir de comparações com coleções museológicas e a uma abordagem no domínio da História de Arte, que há muito trabalha estas temáticas. O presente artigo visa, pois, não apenas dar contributo para a compreensão da dinâmica de reconstrução da Praça do Comércio após o nefasto dia 1 de novembro de 1755, mas também destacar o papel da arqueologia no estudo dos quotidianos e perfis de consumo de Lisboa na primeira metade do século XVIII, uma cronologia escassamente publicada. Enfim, é um caso que não nos pode deixar de suscitar reflexão sobre os caminhos da arqueologia urbana de Lisboa nas últimas décadas, ou até da própria prática arqueológica portuguesa recente, matéria que contudo não cabe no presente âmbito.

Bibliografia

- AA.VV., (1992): *Porcelana chinesa de exportação: diálogo entre dois mundos*. Macau: Leal Senado.
- ALMEIDA, F. M. de (1986): *Carta Geológica do Concelho de Lisboa à escala 1:10 000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- BARGÃO, A. (2015): *Vivências do Quotidiano do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa): os contextos do poço SE do claustro NE*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.). [texto policopiado].
- BARGÃO, A.; FERREIRA, S. (2013): “Pátio Linheiro, Largo dos Trigueiros: Um exemplo da Lisboa seiscentista”, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.) - *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1049-1055.
- CAETANO, C. (2000): *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Moderna. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).
- CARNEIRO, M. M. (1989): *Porcelanas orientais do Palácio Nacional da Pena*. Lisboa: Instituto Português do Património.
- CARVALHO, E. H. C. de, (1993): “A Companhia das Índias e a porcelana: século XVIII e a «Família Rosa»”, in *Oceanos* (Nº14). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 84-91.
- CASIMIRO, T. (2011): “Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa”, in *O Arqueólogo Português*. Série V. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 689-726.
- COELHO, I. P. (2008): *A cerâmica oriental da carreira da Índia no contexto da carga de uma nau - A presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).
- COELHO, I. P. (2015): “Cerâmica”, in BUGALHÃO, J. (coord.) - *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboeta. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios*. Lisboa: CHAM – Centro de História de Aquém e Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-54.
- CORREIA, C. (2005): *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas.

- FERREIRA, S. (2015): *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2015): "Convents, monasteries and porcelain: a case study of Santana Convent, Lisbon", in *Global Pottery 1. Historical Archeology and Archeometry for Societies in Contact*. Oxford: British Archeological Report International Series 2761, pp. 93-101.
- GUEDES, R. (Coord.), (1995): *Companhia das Índias – Porcelana*. Lisboa: Bertrand Editora.
- HENRIQUES, J. P. V. (2012): "Do Oriente para o Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna: Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa", in TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.) - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*, Vol. 2. Lisboa: Centro de História Além-Mar, pp. 919- 932.
- JENYNS, S. (1965): *Later Chinese Porcelain: The Ch'ing Dynasty (1644-1912)*. London: Faber & Faber.
- JORG, C. J. A., (1989): *The Geldermalsen History and Porcelain*. Gorningen: Kemper Publishers.
- LEITE, A. C. (2014): "Vestígios do Terramoto de 1755 em Lisboa. Contributos da Arqueologia", in *Rossio: Estudos de Lisboa*, N° 3. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, pp. 88-101.
- LEITE, J. R. T. (1986): *As Companhias das Índias e a porcelana de encomenda*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia.
- MATOS, M. A. P. de (1995): "Porcelanas de encomenda – Histórias de um intercâmbio cultural entre Portugal e China", in *Oceanos*, n°14. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 106-124.
- MATOS, M. A. P. de (1996): *A casa das porcelanas: cerâmica chinesa da casa-museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus; London: Philip Wilson.
- MATOS, M. A. P. de (2003): *Porcelana chinesa na coleção Calouste Gulbenkian / Chinese Porcelain in the Calouste Gulbenkian Collection*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Museu.
- MEDLEY, M. (1976): *The chinese potter: a practical history of chinese ceramics*. Oxford: Phaidon.
- MONTEIRO, C. (2010): *Escrever direito por linhas rectas*. Lisboa: AAFDL Alameda da Universidade.
- MOTA, M. M. de O. (2000): *Porcelanas orientais da colecção do Museu Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais; Lisboa: Fundação Oriente.
- NEVES, C. (2012): *Empreitada de Construção do Sistema de Intercepção e Câmara de Válvulas de Maré do Terreiro do Paço (Lisboa). Relatório Final*. Torres Novas: Crivarque, Lda.
- NEVES, C.; MARTINS, A.; LOPES, G. (2014): "Lisboa pré-pombalina: vestígios do Terreiro do Paço no subsolo da Praça do Comércio", in *Rossio: Estudos de Lisboa*, N° 3. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, pp. 52-65.
- NEVES, C.; MARTINS, A.; LOPES, G.; BLOT, M^a. L., (2013): "Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano", in TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.) - *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*, Vol. 2. Lisboa: Centro de História Além-Mar, pp. 613-626.
- OLIVEIRA, F. (2012): *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).
- SALGADO, M.; MATOS, M. A. P. (2002): *Porcelana chinesa da Fundação Carmona e Costa / Chinese Porcelain in the Carmona e Costa Foundation*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SAPAGE, A. (1992): *Porcelana chinesa de exportação – diálogo entre dois mundos*. Macau: Leal Senado de Macau, Galeria do Leal Senado.
- SARRAZOLA, A.; BETTENCOURT, J.; TEIXEIRA, A. (2014): "Lisboa, o Tejo e a expansão portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da zona ribeirinha", in *O tempo resgatado ao mar*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Direção Geral do Património Cultural - Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.
- SOAME, J. (1959): *Later Chinese Porcelain: the Ch'ing dynasty (1644-1912)*. London: Faber and Faber.
- TORRES, J. (2011): *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).
- VALE, T. L. (2004): "Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio", in *Monumentos* (N°1). Lisboa: DGEMN, pp. 29-34.